

Censo Espírita 2017: um estudo sobre Assistência Social em Santa Catarina

Spiritist Census 2017: a study of social assistance in Santa Catarina

Helder Boska Sarmiento¹

Pedro Simões²

Resumo

A Federação Espírita Catarinense organizou um censo institucional, em 2017, buscando mapear as atividades desenvolvidas nos Centros Espíritas e seus filiados. A assistência social foi um dos temas pesquisados, já que esta se afigura como um dos pilares do espiritismo, através do conceito de caridade. Este trabalho propõe-se a apresentar os dados investigados relativos à esta área, tendo como base o estado de Santa Catarina. Para mapear este campo de atividades, quatro questões principais foram realizadas: quais as atividades assistenciais desenvolvidas?; com que frequência?; quantas são as pessoas beneficiadas?; e quantos são os trabalhadores? Na análise das 92 instituições espíritas pesquisadas, foram utilizadas estatísticas descritivas (média e desvio padrão) e inferenciais. Esses dados ajudam a corroborar uma concepção, já desenvolvida em outros trabalhos sobre o tema, em que se observa: uma ênfase no assistencialismo, através da doação de roupas e alimentos; uma associação entre trabalho assistencial “doutrinário” e mediúnico; uma baixa integração dos centros espíritas com a rede socioassistencial do município e do estado.

Palavras-chave: Espiritismo, Assistência Social, Caridade, Assistencialismo, Santa Catarina

Abstract

In 2017, the Santa Catarina Spiritist Federation organized an institutional census, trying to map the activities developed by the spiritist centers affiliated to it. The social assistance was an issue researched, once it seems an pillar from spiritism, through the charity concept. This paper proposes to present the data investigated in this area, having as reference the state of Santa Catarina. To map this field of activities, four main questions were made: which assistencial activities were developed?; How often were they?; How many people were benefited?;

¹ Doutor em Serviço Social, Professor de graduação e pós-graduação em Serviço Social da UFSC e coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social - GEPSS. Email: hboska@yahoo.com.br

² Doutor em Sociologia, Professor do Departamento de Sociologia Política da UFSC e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da UFSC. Email: josepeneto@gmail.com

How many workers were engaged?. The descriptive statistics (mean and standard deviation) and inferential statistics were used to analyze the 92 Spiritist institutions surveyed. These data help to corroborate the conception, already developed in other papers about this issues, where is possible to observe: the emphasis in assistencialism, through the distribution of clothes and food; the association among mediunic, doutrinary and assistencial work; a low integration from the spiritist centers with the municipal and from state socioassistencial web; and others.

Keywords: Spiritism, Social Assistance, Charity, Assistencialism, Santa Catarina State

Introdução

O presente artigo busca desenvolver uma análise do Censo Institucional (CI) elaborado pela Federação Espírita Catarinense (FEC) em 2017. Esta investigação teve como propósito identificar quais as atividades desenvolvidas pelos centros espíritas a ela afiliadas, na época os dados institucionais fornecidos eram de um total de 159 filiadas destas, 92 responderam ao censo. Obtivemos, através desta Federativa (Federação Espírita de Santa Catarina – FEC, 2017), acesso restrito ao banco de dados, isto é, apenas daqueles relativos à assistência social para análises estatísticas descritivas (média e desvio padrão) e inferenciais, trata-se portanto de pesquisa quantitativa e não documental.

O trabalho assistencial tem sido pesquisado, sobretudo, no âmbito das políticas públicas (Mestriner, 2001, Oliveira, 2003, Mota, 2009, Pereira, 2011 entre outros). Sua inserção no tripé da Seguridade Social, desde a consituição de 1988 o coloca, enquanto direito, entre as estruturas do Estado que buscam assegurar o direito à proteção social das populações em situação de vulnerabilidade social. No entanto, na própria Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, 1993) há o reconhecimento que as iniciativas filantrópicas, beneficentes e caritativas, oriundas da sociedade civil, compõem, junto às políticas públicas, a rede de serviços socioassistenciais de proteção social.

As iniciativas civis obtiveram maior visibilidade no bojo das discussões sobre o neoliberalismo e a conseqüente redução do Estado. O crescimento das Organizações Sem Fins-Lucrativos ou Organizações Não Governamentais (ONGs) se deu associado ao espaço deixado pelo Estado na execução das políticas sociais. No entanto, as instituições sociais religiosas, principalmente cristãs, têm uma atuação nesta área independente das ações do Estado. Elas são portanto, anteriores (e posteriores) à tendência neoliberal que atingiu não apenas ao Brasil, mas a grande parte dos países ocidentais. O livro de Mestriner (2001) e de Buritiy (2006) são muito elucidativos neste aspecto. Eles mostram que as instituições filantrópicas e caritativas, de fundo religioso, “sempre” estiveram presentes e que se relacionaram com o Estado, conforme as regras que este último estabelecia com as mudanças dos governos.

Nesse sentido, elas operaram no Brasil, conforme Fernandes (1994), abaixo da “linha d’água”, ou seja, sem aparecer muito, em um trabalho silencioso, mas operante. É neste conjunto de ações que se inserem os trabalhos assistenciais espíritas. Esses registros valem para a história das instituições sociais cristãs, em sua tradição católica, cujo fundamento da ação está, sobretudo, na salvação pelas obras, como analisado por Weber (1994).

O espiritismo é apenas uma expressão deste movimento religioso-social. Segundo seus historiadores, como Damazio (1994), as iniciativas assistenciais espíritas datam desde o ingresso da doutrina no Brasil, entre o final do século XIX e início do século XX. Suas primeiras expressões se deram através do receituário mediúnico em que se realizava um atendimento médico-espiritual-doutrinário com a população pobre. Esse trabalho foi caracterizado como “Assistência aos Necessitados” e foi desenvolvido pela Federação Espírita Brasileira em 1890. O primeiro abrigo para crianças de iniciativa espírita data de 1920.

Em Santa Catarina, segundo Simões (2015), as primeiras iniciativas assistenciais são anteriores a 1930 e a fundação de novas iniciativas nesta área apresentam uniformidade durante o século XX, tendo uma alta significativa após os anos 1990. Assim, há uma permanente necessidade, do próprio movimento espírita, de se investigar o campo das ações assistenciais espíritas, tanto para identificar mudanças e a existência de novas tendências ao longo dos anos, quanto para produzir seus dados e interpretações, independente da mediação de outros conhecimentos externos à doutrina espírita. Ainda, verifica-se uma ampliação da rede sócioassistencial pública, a partir da Política Nacional de Assistência Social - PNAS (BRASIL, 2004), que reorganiza os serviços no território e, portanto interferindo nas diferentes ações que são realizadas nestes, inclusive àquelas que resistem a vinculações desta natureza.

Nesse sentido, o presente artigo recupera os dados produzidos pelos espíritas para realizar uma análise externa a este universo, tendo como enfoque o trabalho assistencial.

Metodologia

Segundo informação contida em uma nota publicada no periódico “O Federativo”, o Censo Institucional, instituído em 2017, teve como objetivo “melhor conhecer a realidade do movimento espírita catarinense” (Federação Espírita de Santa Catarina – FEC, 2017a, p.10). Sua proposta é de ser realizado anualmente, visando “ampliar o conhecimento, diagnóstico e planejamento das ações federativas, sejam elas realizadas na unidade básica do movimento espírita – a casa espírita – ou nas regiões, por meio das Uniões Regionais Espíritas” (p.10). A coleta de informações foi realizada através de formulário eletrônico, preenchido diretamente pela internet, pelos dirigentes das instituições espíritas.

Conforme matéria contida em “O Federativo”, tratando especificamente de alguns resultados encontrados no Censo 2017, o formulário disponível na internet “solicitava informações gerais do Centro Espírita e de todas as suas atividades: palestras públicas, estudos, mediunidade, atendimento fraterno, passe, irradiação, recepção, assistência social, evangelização, livraria, biblioteca, comunicação social, atividades artísticas, eventos e reuniões administrativas” (Federação Espírita de Santa Catarina – FEC, 2018, p. 10).

Neste informativo há também a indicação que os resultados estão disponíveis em um site, mas o acesso a eles depende de senha. Portanto, eles estão públicos para os espíritas que estão diretamente vinculados ao movimento, mas são restritos ao acesso de analistas externos e, mesmo de espíritas que não estão diretamente associados ao movimento. Ainda nesta matéria, há uma síntese dos resultados principais, onde se encontra apenas uma menção ao trabalho assistencial, a saber: “Na área de Assistência Social Espírita 15.551 pessoas foram atendidas em 2017” (p.10)

Para mapear este campo de atividades, havia quatro questões no formulário da FEC: 1. quais as atividades assistenciais desenvolvidas; 2. com que frequência; 3. quantas são as pessoas beneficiadas; e 4. quantos são os trabalhadores envolvidos. A análise teve como amostra 92 instituições espíritas pesquisadas, ou seja, que responderam ao questionário, (em um total de 159), perfazendo um total de quase 60% do universo. A partir de uma análise estatística em que foram utilizadas estatísticas descritivas (média e percentual) e inferenciais (testes estatísticos, com $p \leq 0,05$), pode-se chegar a resultados mais amplos do que aqueles divulgados pela própria FEC, através do seu periódico.

O CI foi elaborado pelos espíritas, portanto, a partir dos sujeitos participantes e pertencentes a esta vertente religiosa. Tendo como base a investigação do CI é possível identificar o que é relevante, na área da assistência social, para este grupo religioso. Além disso, por ser uma iniciativa da

instituição que organiza o movimento espírita oficial no estado, a FEC, a adesão à pesquisa, que não era centrada exclusivamente na assistência social, foi muito expressiva. No estudo de Simões (2015), por exemplo, foram pesquisadas 68 instituições em todo o Estado, enquanto no CI, se conseguiu chegar a 92, ou seja, 35% a mais de respostas obtidas.

Apesar da iniciativa de construir um censo do espiritismo no estado de Santa Catarina, cuja natureza é quantificar e conhecer sua participação na sociedade, entende-se que ainda não foram apresentados resultados que quantifiquem todo o trabalho assistencial realizado pelos espíritas e que busquem responder a questão: afinal, quanto de assistência social é feito; quantos trabalhadores são mobilizados; quantos são os assistidos? Qual a relevância social dessas iniciativas? Elas valem para além de realizar um compromisso ético-religioso dos próprios espíritas para consigo mesmos?

Por fim, ainda há um outro elemento a considerar: o movimento espírita tende a analisar os resultados do CI com uma perspectiva religiosa. Embora interessados em utilizar os dados como instrumentos para repensar suas práticas, a pesquisa de Simões (2015) demonstrou que o referencial utilizado para este fim é quase que exclusivamente baseado na “doutrina espírita”. Com esse artigo busca-se trazer, uma vez mais, o olhar acadêmico para os mesmos. Nesse sentido, ele torna-se uma fonte de interpretação que, mesmo exterior, pode vir a ser incorporada pelo próprio movimento espírita e, também, a partir da instituição religiosa permita compreender sua inserção social e as implicações na política de assistência social.

No próximo item são destacados os outros estudos que abordam a iniciativa assistencial no espiritismo.

Assistência Social Espírita - debatendo a literatura

Conforme comentado ao final da seção anterior, as publicações que tratam do trabalho assistencial espírita não o tem como objeto de pesquisa acadêmica, suas análises são feitas por dentro do contexto da instituição ou do próprio movimento espírita, portanto, dentro da perspectiva religiosa, na maioria para fins de divulgação como as matérias de “O Federativo” (2017, 2018).

Os trabalhos acadêmicos, da literatura estudada e comentada a seguir, inclusive que permitam uma revisão de literatura, não têm a assistência social ou o trabalho assistencial como foco principal, suas temáticas abordam a origem do espiritismo, a caridade, a religiosidade, as obras sociais e a competitividade, com exceção de Giumbelli (1996), Arribas (2010) e Simões e Souza (2017) que tratam da assistência social, motivo pelo qual foram mais citados neste artigo. Além disso, como neste artigo são tratadas questões mais objetivas concernentes ao trabalho assistencial, outros pontos relativos à motivação do agente e a psicologia que envolve sua ação serão deixadas para serem tratadas em outra oportunidade. Em alguma medida elas já o foram por Simões (2015).

No entanto, é importante considerar a análise de Camargo (1961) quando afirma que a assistência social “é uma parte da aplicação da própria doutrina” (p. 132). Nesse sentido, torna-se “impensável” ser espírita e não estar vinculado a um trabalho assistencial. São nestas atividades que o trabalhador reforça, em si, a internalização do conceito de caridade. No entanto, pode-se indagar criticamente se esta referência à caridade como elemento central do trabalho assistencial, não cria confusões sobre o sentido da assistência social pública, na constituição de direitos e cidadania e da própria caridade enquanto assistencialismo.

No livro de Cavalcanti (1983), a autora ressalta, entre outras conclusões, que, para os espíritas, mediunidade, estudo e caridade são três categorias centrais que estão interligadas. Nesse sentido, em todas as atividades

desenvolvidas nos centros espíritas há um pouco de cada elemento. O que muda é a ênfase em cada um deles. Os três são “fontes de salvação”, pois deles depende “a obtenção do mérito e conseqüentemente a evolução espiritual do homem” (p. 64).

Ainda no trabalho de Cavalcanti (1983), a autora identifica que a caridade contempla a concepção espírita de dupla natureza (matéria e espírito). Neste sentido, ser caridoso não é apenas doar algo para o assistido, mas um ato de amor ao próximo. Dessa forma, a caridade se expressa em diversas atividades desenvolvidas pelos centros espíritas, embora esteja mais diretamente relacionada com o trabalho assistencial, reforçando a crítica apontada anteriormente sobre as possíveis confusões desta relação.

É neste trabalho assistencial que aparece uma forma de relação e hierarquia entre trabalhadores e assistidos, dirigidas para mulheres, não espíritas e moradoras de áreas pobres, que ela identificou um “modo de atender”, ao analisar a dinâmica de uma obra social espírita (conforme denominação da autora):

leitura e comentário de tema evangélico, prece, estudo da doutrina, prece e passes, ingestão de água fluidificada, distribuição de alimentos, consulta a médicos disponíveis e/ou entrevista com os cooperadores e um lanche ou almoço. Realizam-se paralelamente a evangelização e a recreação infantil (CAVALCANTI, 1983, p. 66).

No trabalho de Damazio (1994) sobre a origem do espiritismo, a autora observa que já no início dos trabalhos assistenciais realizados por estes trabalhadores, os assistidos eram pessoas pobres, não identificadas com a doutrina, que utilizavam dos recursos disponíveis (receituário mediúnico e distribuição de roupas, alimentos e remédios), por necessidade e com um fim em si mesmo, ou seja, sem se identificarem com a doutrina propagada por meio destas atividades.

Giumbelli (1998), ao analisar a assistência social espírita na cidade do Rio de Janeiro faz uma distinção entre “centro espírita” e “obra social”. No primeiro caso, trata-se de uma “unidade elementar e lugar privilegiado para ensinamento e a prática da doutrina” (p. 126). Os centros espíritas são os núcleos centrais das atividades de propagação dos ensinamentos espíritas, constituindo-se como símiles às igrejas, para o catolicismo, ou aos templos, para os evangélicos. Já as “obras sociais” são aquelas em que as atividades de assistência material “chegam a deter dimensões suficientes para constituírem empreendimentos ou mesmo instituições autônomas [aos centros espíritas]” (p. 127). Essa distinção é importante porque em diversos momentos do seu texto o autor pontua diferenciações entre os “centros” e as “obras sociais”. Porém, o C. I. utilizado como fonte desta pesquisa não possui qualquer descrição acerca desta denominação e suas implicações sobre o trabalho assistencial espírita.

Em seguida, o autor aborda a “assistência social”, como uma “tradição” dentro do movimento espírita. O autor recupera dados da sua própria pesquisa para mostrar que das 110 instituições por ele pesquisadas, 93,6% realizavam atividades assistenciais, sendo em 80% havia um departamento específico para esse fim. Além disso, o autor menciona que 16% das instituições espíritas no município do Rio de Janeiro são obras sociais. O autor também enfatiza várias iniciativas de assistência social espírita que datam do surgimento do espiritismo no Brasil.

Giumbelli (1998) refere-se a essa tradição como o resultado da importância que a caridade tem para os espíritas. Segundo o autor, ela “decorre de um compromisso com a totalidade da doutrina espírita. (...) o espírita afirma que se envolve em atividades de assistência social porque assim pratica a caridade; mas a caridade é, ela mesma, parte e consequência da adesão a uma determinada doutrina” (p. 132).

É no item relativo ao “Brasil, últimas Décadas” que o autor faz uma apreciação de como a assistência social é apreendida nas instituições espíritas. O primeiro ponto enfatizado é a associação entre assistência e doutrinação, expressa nas atividades de evangelização. Esta aproximação faz com que a ajuda “material” esteja conjugada à “espiritual” e que, em última medida, exista uma “subordinação do material ao espiritual”. Nessa perspectiva, critica-se as iniciativas que se detém exclusivamente no aspecto material de assistencialismo, “pois isso equivaleria a restringir sua atuação aos efeitos de um processo mais amplo” (p. 137), somente capaz de ser atingido através de “esclarecimentos”, ou seja, do próprio conhecimento da doutrina espírita. Nesse sentido, o trabalho assistencial é caracterizado “pelo intuito da doutrinação” (p. 137), desse modo, assistência social e divulgação doutrinária (evangelização), confundem-se. Segundo Giumbelli (1998), o trabalho assistencial seria apenas um meio de “libertação espiritual”, quando se trata das pessoas desfavorecidas.

Arribas (2010) analisa o trabalho assistencial espírita no contexto da concepção de salvação. Segundo a autora, a possibilidade de salvação, como “obra pessoal a ser alcançada com a ajuda indireta, mas sempre presente, dos ‘poderes dos espíritos’” (p. 245), ocorre cumprindo-se os dois preceitos: “amai-vos e instruí-vos”. Para a autora, o “amai-vos”, toma uma forma bastante peculiar no espiritismo, as “obras de caridade”, através dos “auxílios materiais e do amparo social”; dos trabalhos de “assistência espiritual, como “passes e consultas homeopáticas” (obtidas mediunicamente); até chegar na desobsessão.

A caridade foi posta, no Brasil, segundo Arribas, como a “pedra de toque no arcabouço teórico-doutrinário espírita”. Como consequência ocorreram as “intervenções práticas no meio social e “um tipo especial de organização burocrático-institucional”, as obras filantrópicas. A autora chama atenção para a forma entrelaçada como ocorrem as práticas de estudo e “caridade” nos centros espíritas:

“o centro espírita, enquanto unidade elementar, consiste no lugar privilegiado para a prática dos estudos e para a execução prática da doutrina; lá as formas de caridade mais praticadas são a ‘assistência espiritual’ e os trabalhos de ‘desobsessão’. Quase sempre funcionam, atreladas aos centros, instituições de auxílio social e material, frequentemente creches, escolas profissionalizantes, albergues, orfanatos, hospitais e asilos [Instituições de Longa Permanência para Idosos] (ARRIBAS, 2010, p. 246).

Ao discutir a concepção de caridade, a autora realiza diversos apontamentos: primeiro, ela é tida como um valor pessoal, um ideal social e uma lei divina. Segundo, ela é um princípio de evolução do espírito. Como meio de salvação, ela pressupõe uma parte necessitada, proveniente, geralmente, das camadas menos privilegiadas, em oposição a camada que aderiu ao espiritismo. Desse modo, a salvação “não podia ser entendida separadamente da condição material de vida daqueles que o cercam” (p. 246). Portanto, o espírita “precisa” da caridade e daqueles que delam necessitam para salvar-se. Nessa concepção de salvação, “não se projetava em seu horizonte a certeza de uma sociedade materialmente igualitária” (p. 247). Por outro lado, o “assistido” é visto como alguém que tem “os mesmos direitos e deveres que concernem a todos”, devendo ser “amado como se ama a si mesmo”.

Por fim, a autora remete-se a concepção weberiana de salvação por “conta corrente”, em que há a ponderação entre culpa e mérito de cada ação, sendo as obras sociais contabilizadas nesse cálculo, atribuindo, assim, “ao indivíduo seu destino religioso” (p. 248). Com isso, Arribas critica a posição de Giumbelli (1998) e outros, afirmando que as obras sociais não foram uma forma de proteção do movimento espírita “contra injunções externas”, mas que há “todo um sistema de crenças espíritas religiosamente orientado” que as fundamenta.

A autora, então, discorre sobre a importância que a homeopatia teve nesse contexto, principalmente, por sua abordagem mais holística. O importante a assinalar é que, em suas formas iniciais, “a assistência espiritual confundia-se com assistência material, já que para o espiritismo corpo e espírito, intermediados pelo perispírito, comporiam uma só unidade e *tão somente enquanto* tal deveria ser tratada” (p. 256; grifos do original).

O trabalho de Camurça (2014) busca realizar uma análise da “competição religiosa” entre católicos e espíritas, através das obras sociais, em Juiz de Fora. O texto do autor é mais original no que tange ao catolicismo do que ao espiritismo. Quanto a este último, Camurça apóia-se basicamente em Giumbelli (1996), Damazio (1994) e Cavalcanti(1983), reafirmando a posição desses autores (já analisadas anteriormente) sobre a atuação assistencial espírita. O que há de novidade em seu texto (no que concerne ao espiritismo) é o contexto social de Juiz de Fora em que atores locais e as obras sociais do início do século XX são listadas.

No bojo de sua discussão, uma característica comum entre as obras sociais católicas e espíritas está na relação entre *autonomia* e *independência*(Azzì, 2000). Isto significa que em ambos os casos, a consecução das obras sociais foram de iniciativa de uma “classe social abastada - comerciantes, industriais, médicos, bacharéis, jornalistas, militares” (2014: p. 108). Essa condição garantiu as mesmas um “grau de *autonomia* e *autossustentação*” bastante considerável. Em alguns casos acontecia de “os personagens-chave de um e outro conjunto de obras de caridade pertencerem, às vezes, às mesmas famílias da aristocracia local” (p. 108).

Camurça, analisando as obras já citadas, assim como o trabalho de Simone G. Oliveira (1998), chega a conclusão que a caridade realizada pelos espíritas não logrou a conversão dos assistidos, mas fez com que seus agentes obtivessem respeito por parte dos não espíritas “principalmente porque eram

assistidas todas as pessoas que precisassem, independentemente do credo por elas professado” (Oliveira *apud* Camurça, 2014: p. 113). Assim, a discursividade espírita afirmando sua “superioridade” filosófico-científica em relação ao catolicismo, “angariou adeptos nas camadas médias e na elite”; as ações assistenciais garantiram a este grupo religioso “um grande prestígio difuso, mas disseminado em toda a sociedade” (p. 113). Desse modo, segundo Camurça, as ações caritativas tornaram-se um grande *cartão-postal* para a sociedade.

Por fim, o trabalho de Simões e Souza (2017), em que Simões sintetiza as conclusões do seu trabalho de 2015 sendo ponderadas pelo estudo realizado por Souza junto às grandes obras sociais espíritas do país, temos ainda algumas outras considerações sobre o trabalho assistencial espírita. Em primeiro lugar, a associação entre trabalho material e espiritual: várias estratégias, explícitas ou não, são utilizadas para levar a mensagem espírita ao assistido, ainda que se reconheça a pouca eficácia destas iniciativas. Segundo, a assistência social é um modo de salvação para os espíritas, independente do comportamento assumido pelo assistido. Outro aspecto ressaltado é a grande cautela ou mesmo indiferença espírita em relação às políticas governamentais, embora isso não impeça as grandes instituições de estabelecerem convênios e obter recursos públicos. Elas fazem isso, assim como uma pequena parte dos centros espíritas, mas sem estimular ou propiciar o debate a respeito da relação entre políticas públicas e direitos cidadãos. Em termos de centros espíritas, a estruturação mais autônoma do trabalho assistencial implica a busca por mais recursos, incorporação de profissionais para atuação, em vez de apenas voluntários. Mas os ativistas espíritas, preferem permanecer em suas atividades menores. Optam pelo trabalho direto e moral junto ao assistido em vez do cumprimento de exigências formais, tendo que ceder a outros discursos: do Estado, de outras agências privadas e dos profissionais da assistência social.

Após essas considerações teóricas sobre o trabalho assistencial espírita, que indicam o necessário estudo e debate sobre as religiões e as políticas públicas, em particular a assistência social, na sessão seguinte são apresentados os principais resultados da pesquisa realizada sobre o Censo Institucional 2017.

Principais Resultados

Os resultados completos dessa pesquisa foram apresentados no Congresso Brasileiro de Sociologia de 2019. Neste artigo, apresentamos apenas um resumo dos mesmos tendo em vista a limitação de espaço.

1. As Atividades Desenvolvidas

Nem todas as instituições pesquisadas (acessadas por meio da fonte desta pesquisa o C.I.) realizam trabalhos de assistência social. Entre os 92 casos investigados, em 11 deles (12%) não se obteve informação sobre a realização de trabalhos assistenciais; em outros 8 (8,9%) a resposta foi negativa; e em 73 casos (79,3%) a resposta foi afirmativa. Portanto, a prevalência de quase 80% das instituições realizando trabalhos assistenciais demonstra o quanto esta atividade é relevante para os espíritas.

Entre as 73 instituições que realizam trabalhos assistenciais, em 26% dos casos somente uma atividade era realizada; em 22% são realizadas somente duas atividades; e em 27,5% realizam três atividades. Portanto, em 75,5% das instituições são realizadas entre 1 e 3 atividades assistenciais. As demais instituições realizam entre 4 e 8 atividades assistenciais. Esses resultados revelam que praticamente metade dos trabalhos desenvolvidos tem poucas atividades, envolvendo uma ou duas atividades (47,9%); trabalhos de porte médio, contendo entre 3 e 4 atividades somam perto de um terço do total (34,2%); os grandes trabalhos (5 trabalhos ou mais) são minoritários e não chegam a 20% do total (17,8%).

A lista de atividades é extensa e inclui atividades de cinco tipos: a) atividades assistencial fim; b) serviços e cursos; c) apoio à rede; d) evangelização; e outras. As (a) **atividades assistenciais fim** são aquelas que visam um atendimento direto e imediato a uma necessidade da população atendida. Elas estão presentes em quase todos os centros espíritas que prestam assistência. O exemplo mais característico deste tipo de atividade é a distribuição de alimentos e roupas (80,8%), além de enxovais (42,5%). Neste item também estiveram presentes, mas com menos importância a doação de lanches e almoços (21,9%) e visita domiciliar (4,1%)

Os (b) **cursos e serviços** são aquelas atividades que prestam algum serviço ou qualificam os assistidos diretamente ou através dos próprios assistentes. A atividade deste tipo mais frequente, a prestação de serviços (23,3%), é realizado por menos de 25% das instituições. Por outro lado, os “serviços” são a terceira atividade mais realizada, no geral, pelos espíritas. Entre os serviços estão os atendimentos médicos, odontológicos, além de reforço escolar, corte de cabelo, empréstimo de cadeira de rodas e atendimento psicológico, entre outros. Para a realização destes já é necessária a intervenção de uma mão-de-obra qualificada. Em geral, esses serviços são prestados de forma totalmente gratuita. Outros serviços são: berçário (12,3%), bazares (11,0%) e cursos (6,8%).

As (c) **atividades de apoio à rede socioassistencial** e a outras instituições demonstram se essas realizam seus trabalhos de forma independente, ou se estão articulados com outros serviços. A articulação propicia um potencial de atendimento maior, já que estabelece “pontes” e parcerias entre organizações, para suprir as necessidades dos assistidos. Ela significa, ainda, uma capacidade de diálogo entre a instituição espírita com a rede, ou seja, com outras não religiosas, de outros credos e com o Estado. Portanto, o trabalho realizado pode

deixar de ter um aspecto aparentemente apenas social-religioso, para ter também uma conotação política.

Esse tipo de prática, “apoio à rede socioassistencial”, no entanto, só foi observada em 11% das instituições espíritas que prestam assistência. O “apoio” é verificado mediante uma “troca de encaminhamentos”, ou seja, a instituição espírita reconhece que outras instituições religiosas (espíritas ou não) ou não religiosas (incluindo as estatais) oferecem serviços que ela não o faz; ao mesmo tempo, a instituição espírita é reconhecida pelas demais entidades como provedora de bens e serviços que podem ser acessados por quem necessita, independente do credo que comungue. Portanto, o “apoio à rede” é um marco de legitimação do trabalho desenvolvido pela instituição que integra o conjunto de trabalhos socioassistenciais. Essa, no entanto, foi somente a sétima atividade mais citada, tendo a mesma frequência que “bazar”. Outras atividades de articulação institucional citadas foram: “visita” (9,6%) e “apoio” (4,1%) a outras instituições.

A realização de atividades de divulgação doutrinária e (d) **evangelização** associadas às atividades assistenciais é uma marca dos espíritas e de outros grupos religiosos. Embora não esteja entre as mais citadas, é possível ter como hipótese a existência de uma sub-notificação deste tipo de atividade. Em parte porque, por se tratar de uma atividade espírita, já se pressupõe que a realização de evangelização, oração ou de culto (com ou sem passe) sejam realizadas. A citação expressa delas, quando se pergunta sobre assistência social, revela, mais ainda, uma indissociação destas atividades, não apenas em termos práticos, mas doutrinários, conforme o entendimento corrente nos grupos espíritas sobre assistência social (Simões, 2015).

Neste conjunto de atividades, o “evangelho no lar” (15,1%) se sobressai como a mais frequente e a sexta mais citada, à frente de “bazar”, “interlocução com a rede”, “berçário” e “cursos”, por exemplo. Ela ocorre de forma

independente das chamadas “visitas domiciliares”, ou seja, a atividade de ida a casa de uma pessoa para estudar a doutrina e rezar é vista como uma atividade assistencial em si mesma, independente de a pessoa esteja doente ou receba doações materiais ou alimentares. Neste quesito foram também observadas as atividades de evangelização (9,6%) e passe (5,5%).

Duas (e) **outras atividades** são citadas entre as ações assistenciais espíritas: o planejamento e o trabalho de convivência. No primeiro caso, trata-se de uma atividade “meio” citada em somente 2 casos (2,7%). Portanto, ele não foi caracterizado como uma prática fundamental para estruturação das atividades assistenciais, embora possa-se supor que exista, em alguma medida, ações de planejamento e avaliação dos trabalhos realizados por parte das instituições, mesmo que isso seja feito sem muito rigor ou critérios claramente estabelecidos.

A segunda atividade é o “trabalho de convivência” (8,2%). Esta é, ao mesmo tempo, uma atividade e uma metodologia. A concepção da “convivência” é de ter tempo para estar com o assistido de modo a criar com ele uma relação de proximidade, ganhando a confiança para que se possa falar com calma sobre as questões e problemas que envolvem a vida de cada um. Sua formulação é inspirada na obra de Mario da Costa Barbosa, analisada no livro “Conviver para Amar e Servir” (SARMENTO, PONTES E PAROLIN, 2013).

No item seguinte é analisada a frequência das atividades realizadas. No entanto, a forma como o questionário foi construído traz uma limitação: não se sabe a natureza das atividades quando se computa a frequência, o número de trabalhadores e o de assistidos. Ainda assim, será possível realizar algumas inferências a partir dos dados obtidos.

2. Frequência das Atividades

A pergunta sobre a frequência das atividades não foi discriminada por atividade realizada. Assim, não foi possível especificar, exatamente, com que

frequência cada uma delas é executada. As respostas obtidas obedeceram critérios diferentes, ora discriminando as atividades, ora indicando de forma ampla. Na apresentação dos dados, a seguir, são realizados os esclarecimentos necessários.

A frequência semanal (40,2%) é a mais recorrente, seguida da mensal (25,0%) e de vários (15,2%). Neste último caso, trata-se da instituição que realiza mais de um trabalho assistencial semanalmente, sendo, cada um deles em um determinado dia. Em 78% dos casos, não se observou a existência de mais de uma frequência para a realização dos trabalhos, ou seja, não havia a conjugação de um trabalho semanal com outro eventual. Duas frequências foram observadas em 15,9% dos casos e acima de 3 frequências em 5,7%.

As menores frequências observadas foram: quinzenal (8,7%), eventual (5,4%), diário (4,3%).

3. Número de Trabalhadores

Assim como no caso da frequência dos trabalhos, o número de trabalhadores não foi especificado por atividade realizada, ao contrário, as respostas forneceram apenas um número total para o conjunto das atividades desenvolvidas na instituição. Portanto, não será possível identificar quanto cada atividade agrega de trabalhadores para a área da assistência social.

Há um total de 1619 trabalhadores nas 73 instituições pesquisadas. O menor trabalho identificado agrega apenas 2 trabalhadores. Por outro lado, o maior, aglutina 166. A média, no entanto, é de 22 trabalhadores envolvidos nos trabalhos. Uma divisão do número de trabalhadores em quartis revela que os 25% menores trabalhos contém, no máximo 5 trabalhadores; no outro extremo, ou seja, os 25% maiores trabalhos, mais de 22 trabalhadores; a metade intermediária agrega em 15 e 22 participantes.

4. Número de Assistidos

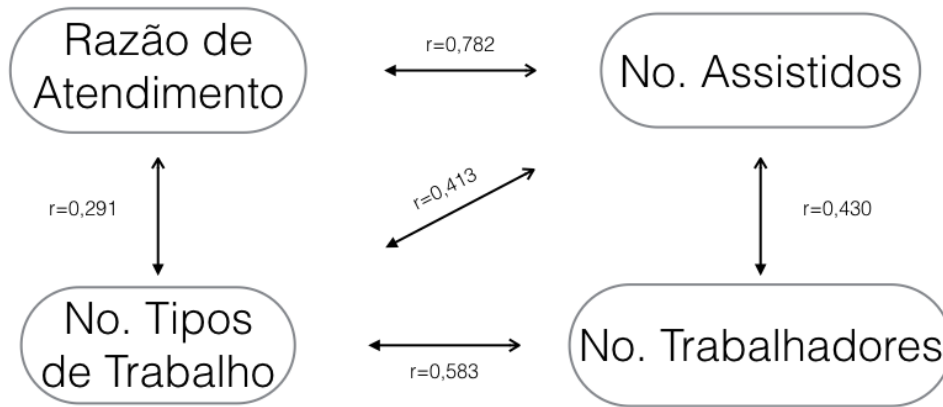
Os 1.619 trabalhadores, divididos nas 73 instituições, são capazes de atender 15.550 pessoas, uma média de 213 por instituição. Esse número deve ser considerado, tendo como referência a grande variabilidade existente. Por um lado, os menores trabalhos (2 casos) contam com apenas 1 assistido, dispõe de uma atividade assistencial, sendo que em uma instituição há dois trabalhadores para atendê-lo e em outra 15; por outro lado, os maiores (3 casos) envolvem mais de 2.000 atendidos: o primeiro, atende a 2000 assistidos, contam com 44 trabalhadores (45 assistidos por trabalhador) e contam com 7 serviços; a segunda, atende a 2450 assistidos, contando com 120 trabalhadores (20 assistidos por trabalhador) e dispõe de 6 atividades assistenciais; a terceira e última, atende a 4.162 assistidos, contando com 63 trabalhadores (66 assistidos por trabalhador), tendo 6 atividades disponíveis.

Assim, como há uma aparente distorção entre um dos menores trabalhos que necessita de 15 trabalhadores para prestar assistência a um assistido, a instituição que conta com o maior número de atividades (8 atividades), atende a 380 assistidos, contando com 156 trabalhadores, em uma relação de 2,4 assistidos por trabalhador.

5. Razão entre Trabalhadores e Assistidos

A menor razão entre assistido/trabalhador (ou razão de atendimento) foi de 0,07 e o valor máximo, 66 assistidos/trabalhador, sendo a média 7,7 assistidos/trabalhador. Chama atenção que 30% dos trabalhos dispõe de menos de 2 assistidos por trabalhador, ou seja, é praticamente, um trabalhador para cada assistido, configurando-se uma relação quase que inteiramente pessoal. Este tipo de trabalho enquadra-se, por exemplo, na metodologia do trabalho de convivência. Nestes 30%, praticamente a metade (13,7%), há mais trabalhadores que assistidos. Por outro lado, nos trabalhos em que há a maior razão de atendimento, há mais de 15 assistidos por trabalhador.

A relação entre “razão de atendimento”, “número de pessoas atendidas”, “número de trabalhadores” e “número de tipos de trabalho” pode ser assim resumida (através das Correlações de Pearson) no diagrama abaixo:



Praticamente todos os elementos têm correlação entre si, à exceção da razão de atendimento e o número de trabalhadores. Esta primeira está diretamente associada ao número de assistidos. Isso significa que estes últimos variam mais do que o número de trabalhadores, ou seja, embora a tendência seja de se ter mais assistidos conforme o crescimento do número de trabalhadores (correlação positiva entre trabalhadores e assistidos) foi observado que há muitos casos de um mesmo número de trabalhadores assistirem a números variados de assistidos. Esta característica pode ser analisada à luz dos comentários de Camargo (1961), Camurça (2014) e Cavalcanti (1983) quando demonstram a imbricada relação entre caridade e assistência social, ausentando-se da diferença entre o princípio religioso e a política pública.

Outro ponto a destacar é que a relação entre “razão de atendimento” e “número de tipos de trabalho” foi a menor e mais fraca de todas (com confiança

de 95% ($p=0,013$), contra 99% das demais). Assim, a tendência de crescer o número de assistidos por trabalhadores, conforme cresce o número de trabalhos não é tão consistente quanto as demais, e principalmente, quando se observa a correlação entre o “número de tipos de trabalhos” e o “número de assistidos”. Neste caso, a correlação é mais forte e confiável.

Por fim, mas não menos importante, vejamos a relação entre a “razão de atendimento” e o tamanho das instituições. A média encontrada entre as instituições foi:

- * pequenas (até 2 atividades): 4,6 assistidos/trabalhador;
- * médias (3 ou 4 atividades): 8,8 assistidos/trabalhador;
- * grandes (5 atividades ou mais): 14,1 assistidos/trabalhador.

O teste ANOVA foi realizado e indicou que havia uma relação significativa entre as variáveis ($p=0,034$). No entanto, o teste de Tukey (post-hoc) foi realizado e indicou que a faixa de atendimento médio das instituições médias (8,8 assistidos/trabalhadores) está na intercessão das pequenas e das grandes.

Estes dados quantitativos, permitem corroborar com os autores da revisão de literatura, especificamente sobre o prestígio alcançado (“cartão-postal”) indicado por Camurça (2014) ou pela ênfase no aspecto moral dos trabalhos (Simões e Souza, 2017) favorecendo a razão de atendimento e o crescimento das instituições.

Considerações Finais

Através da sistematização dos dados contidos no CI, conseguiu-se identificar algumas tendências e tecer alguns considerações, aqui apresentadas. O primeiro ponto a considerar é que os espíritas desenvolvem tanto atividades

assistenciais pequenas como grandes. As menores predominam, devido ao número de trabalhadores, custo e a logística que envolve o desenvolvimento de trabalhos maiores. Um outro elemento, chamado atenção por Simões (2015) é a falta de iniciativa deste grupo religioso em estabelecer convênios e parcerias com os órgãos estatais. Assim, há uma preferência por trabalhos menores, que envolvam menos burocracia e mais autonomia do grupo de trabalho, fica a pergunta, qual a concepção por trás desta opção?.

Neste sentido, três atividades preponderam: distribuição de alimentos e roupas, a distribuição de enxovais e a prestação de algum serviço. Esses são trabalhos, principalmente os dois primeiros, que privilegiam o atendimento imediato e paliativo das questões que envolvem as condições de vida dos assistidos. Além disso, enfatizam o atendimento à família e à criança, podendo-se atribuir a posição dos espíritas como adeptos de uma política contra o aborto, e a favor das práticas que visam dar suporte à gestante. Assim também, são trabalhos que requerem pouca especialização, sendo facilmente realizado por qualquer trabalhador, mesmo iniciante no espiritismo.

A prestação de serviços mantém uma característica das duas atividades anteriores: os espíritas são os protagonistas da ação, eles são quem se dispõe a ajudar e a servir, ficando os assistidos em uma posição muito passiva, um grande limite diante das diretrizes para a política nacional de assistência social, que preconiza a participação. Neste caso, entretanto, o trabalho assistencial requer maior especialização e conhecimento qualificado, até mesmo profissionista, para uma pauta voltada à democracia e participação. Em geral, os “serviços prestados” são aqueles que alguém do grupo deseja fazer. Uma questão a pensar é se, nestes casos, privilegia-se o assistente ou o assistido.

Chama a atenção a baixa importância que a integração à rede e o planejamento apresentaram. Isso demonstra que atividades meio e a busca de parcerias e de integração dos trabalhos realizados com a rede socioassistencial

não são privilegiados pelos espíritas. Isso demonstra, de um lado, amadorismo e de outro isolacionismo, ou ainda, assistencialismo. O trabalho de Simões (2015) demonstra, inclusive, que aqueles que estão à frente destas atividades não possuem expertise para tal, tendo as referências doutrinárias como suporte principal para a intervenção. O censo não apresenta informações específicas sobre o quadro de profissionais da assistência social que atuam nestes trabalhos e atividades que tenham tomado esta direção.

Um último ponto relativo às atividades está na presença da evangelização. Como mencionado, elas revelam o caráter confessional das mesmas. Para os espíritas, o que caracteriza uma atividade dentro deste universo religioso é incluir, seja na ritualística, seja na discursividade, conteúdos específicos da doutrina espírita. Isto significa que, se para os espíritas esta vinculação é verdadeira e os trabalhadores se motivam a partir desta ideia, o mesmo não precisa ser imposto ao assistido. Ao fim e ao cabo é ao assistido que o trabalho se constrói.

Outro ponto a considerar é o predomínio dos trabalhos semanais ou mensais. Em conjunto com os demais aspectos já estudados, temos a prevalência de trabalhos pequenos e com baixa frequência, já que nestes dois casos estão compreendidos 40% e 25% dos casos, respectivamente. Esse é o lado dos trabalhos menores. O outro lado são os trabalhos maiores que conseguem ter frequência diária e agregar vários tipos de atividades. Neste caso, o número de iniciativas que perfazem esse perfil não chega a 10%, ou seja, são trabalhos bem específicos e pontuais. Ainda, considerando as informações disponibilizadas, não se têm dados sobre o tempo de duração destes atendimentos individuais e familiares que poderiam indicar a efetividade de suas ações e resultados obtidos para assistentes e assistidos. O que encontramos foram referências as formas de atendimento destes trabalhos, nas pesquisas de

Cavalcanti (1983) e Damázio (1994), que pormenorizam as intenções no interior desta frequência.

O número de trabalhadores, de assistidos e a razão entre eles revela uma relativa associação entre o tamanho do trabalho e a quantidade de pessoas atuantes, seja “dando”, seja “recebendo”. No entanto, como foi visto, há um contingente muito significativo de trabalhos em que há praticamente o mesmo número de trabalhadores e de atendidos. E quando isso não ocorre, a proporção ainda é baixa. Portanto, o que se privilegia neste tipo de ação assistencial é poder engajar o maior número possível de trabalhadores, ainda que em atividades simples e que não demandem, nem um conhecimento da área da assistência social, nem uma especialização em outra atividade. O que se espera do trabalhador é boa-vontade, compromisso com a atividade e um relativo domínio das ideias centrais do espiritismo.

Temos, portanto, um modelo de atuação que privilegia a ação pequena e quase pessoalizada, tendo como base as atividades assistenciais fim. Somente nas grandes obras sociais é que se escapa deste *modus operandi*. Com os dados apresentados não se conseguiu avançar na análise sobre a concepção que os espíritas têm da assistência social, por trás deste *modus operandi*. Elas conseguem agregar mais tipos de atividades, mais rotina de atendimento e maior integração à rede. Se suas atuações conseguem atrair a atenção de espíritas e não espíritas, demonstrando a centralidade da assistência e da caridade para este grupo religioso, por outro lado, são os trabalhos pequenos com forte carga confessional e isolacionista que configuram o “grosso” das atividades dos espíritas.

Referências

- ARRIBAS, Célia. *Afinal, espiritismo é religião?* São Paulo: Palamedia, 2010.
- AZZI, R. *Sob o Báculo Episcopal. A Igreja Católica em Juiz de Fora 1850-1950*. Juiz de Fora, Centro de Memória da Igreja de Juiz de Fora, 2000.

- BURITY, Joanildo A. *Redes, parcerias e participação religiosa nas políticas sociais no Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2006.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004*. Brasília-DF, 2004. [PNAS2004.pdf \(mds.gov.br\)](#) acesso em 15/12/2020,
- CAMARGO, Cândido Procópio F. *Kardecismo e Umbanda*. São Paulo: Pioneira, 1961.
- CAMURÇA, Marcelo Ayres. *Espiritismo e Nova Era*. São Paulo: Santuário, 2014.
- CAVALCANTI, Maria Laura V. C. *O Mundo Invisível*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- COLOMBO, C. B. *Ideias Sociais Espíritas*. São Paulo/Salvador: Comenius e Ideba, 1998.
- DAMAZIO, Silvia F. *Da Elite ao Povo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- FEDERAÇÃO ESPÍRITA DE SANTA CATARINA. *Censo Institucional*, 2017. Florianópolis, FEC. Acesso restrito <https://www.webfec.org.br/cfn>
- FEDERAÇÃO ESPÍRITA DE SANTA CATARINA. *O Federativo*. 51, junho de 2017a. [Federação Espírita Catarinense]. <http://fec.org.br/pdfs/OFederativo/OFederativo51.pdf>
- FEDERAÇÃO ESPÍRITA DE SANTA CATARINA. *O Federativo*. 53, fevereiro de 2018. [Federação Espírita Catarinense]. <http://fec.org.br/pdfs/OFederativo/OFederativo53.pdf>
- FERNANDES, Rubem Cesar. *Privado porém Público*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- GIUMBELLI, Emerson. *Em Nome da Caridade: assistência social e religião nas Instituições Espíritas*. Vol. 1 e 2, Rio de Janeiro: Iser, 1996.
- GIUMBELLI, Emerson. *Caridade, Assistência Social, Política e Cidadania: práticas e reflexões no espiritismo*. In: Landim, L. (Org.). *Ações em Sociedade*. Rio de Janeiro: Iser: NAU, 1998.
- Lei Orgânica da Assistência Social. Brasília, 1993.
- MESTRINER, Maria Luiza. *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MOTA, A. E. (Org.). *O Mito da Assistência Social*. São Paulo: Cortez, 2009.
- OLIVEIRA, S. G.. *A Fé Raciocinada na “Atenas” de Minas: os primeiros anos do Espiritismo em Juiz de Fora (1880-1930)* (mimeo). Curso de Especialização em História do Brasil, UFJF, Juiz de Fora, 1998.
- OLIVEIRA, H. M. J. *Cultura Política e Assistência Social*. São Paulo: Cortez, 2003.
- PEREIRA, P. A. P. *Política Social: temas e questões*. São Paulo: Cortez, 2011.
- SARMENTO, H. B, PONTES, R. e PAROLIN, S. R. (Org.). *Conviver para Amar e Servir*. Brasília: FEB, 2013.
- SIMÕES, Pedro. *Dá-me de Comer: a assistência social espírita*. São Paulo: CCDPE-ECM / LIHPE, 2015.

SIMÕES, Pedro e SOUZA, André Ricardo. Desafios do trabalho assistencial espírita: dois modelos de atuação. *REVER*·Ano 17 ·Nº 01 ·Jan/Abr 2017.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: UNB, 1994.

Recebido em 12-05-2020

Aprovado em 09-12-2020